



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12490 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

ZONA MUDA: algo (não) dito em representações sociais?

Antonio Geraldo da Silva Sá Barreto - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Maria de Lourdes Soares Ornellas - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

ZONA MUDA: algo (não) dito em representações sociais?

1. INTRODUÇÃO

A Teoria das Representações Sociais (TRS) desvela-se caminho exitoso para a investigação de fenômenos sociais enodado à trama de (inter)subjetividades que os constituem, na medida em que investiga a origem e a constituição de sistemas de referência utilizados na interpretação de acontecimentos do cotidiano, inerentes aos movimentos sociais enquanto processos identitários.

De acordo com Abric (2005), a maioria das pesquisas sobre representações sociais baseia-se nas verbalizações dos sujeitos. Contudo, segundo o autor, há alguns hiatos entre o que as pessoas dizem e o que elas pensam, reverberando em distanciamento entre discurso e prática, pois os sujeitos velariam alguns componentes de seus pensamentos em certas situações, de sorte que se produzem duas faces das representações: uma explícita, verbalizada; outra não verbalizada, não expressa, nomeada zona muda.

Esse fenômeno presentifica-se, marcadamente, em estudos cujo objeto evoque discursos que os sujeitos supõem não estarem autorizados a verbalizar suas concepções, haja vista constituírem-se objetos controversos, a exemplo de acepções de educação que sequestram o sujeito da autoria do processo de ensinar e de aprender.

Ante essas inquietações, o presente escrito propõe-se a investigar a o conceito e possibilidades de instauração de zona muda em pesquisas de representações sociais. Nessa

seara, apresentam-se os principais constructos teórico-conceituais mediante revisão de literatura, em seções que abordam aspectos fundantes das representações sociais e da zona muda, seguidas por considerações finais.

2. FECUNDIDADE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais é potente por evocar conceitos produzidos por um grupo social sobre determinado objeto, permitindo, a percepção do modo de produção do conhecimento no senso comum, de sorte que essa configura-se em premissa da Teoria, ao postular que o senso comum elabora um conhecimento, a partir de informações socializadas por um grupo, portanto “trata-se de um conhecimento outro, diferente da ciência, mas que é adaptado à ação sobre o mundo e mesmo corroborado por ela” (JODELET, 2001, p. 29).

A TRS enlaça processos cognitivos e práticas sociais, recorrendo aos sistemas de significação socialmente elaborados. Nesse sentido, conforme advoga Donato e Ens (2009), a Teoria possibilita ao pesquisador interpretar elementos e fenômenos constituintes da prática social. Denota-se assim, o caráter dialógico das representações sociais que se estruturam, sutilmente, a partir da trama de relações que instauramos em sociedade, ao ressaltar que os elementos das representações não apenas exprimem relações sociais, mas contribuem para constituí-las.

Neste contexto, destaca-se a dialogicidade como elemento fundante, pois entende-se que a representação social: “é construída e compartilhada socialmente sobre coisas, pessoas e objetos. No cotidiano, o sujeito constrói de forma individual e coletiva imagens e conceitos que são próprios de cada um e ao mesmo tempo compartilháveis”. (ORNELLAS, 2001, p. 33). Ou seja, as representações sociais emergem nas práticas cotidianas, na medida em que os sujeitos, em grupo, as elaboram para explicar e justificar os fenômenos sociais.

Nessa seara, memoramos Moscovici (2009, p.54) ao afirmar que há duas dinâmicas são fundantes nas representações sociais: a ancoragem que se configura em “processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” e a objetivação que “transforma algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico”. (MOSCOVICI, 2009, p. 61).

Portanto, as representações sociais são de profundo relevo para as práticas sociais, na medida em que contribuem e influenciam a construção da própria realidade além de sustentarem as práticas do grupo. Em adição, Abric (2000) identifica quatro funções essenciais das representações sociais: saber; identitária; orientadora, e; justificadora. Assim,

consideradas essas funções, as representações sociais reverberam no comportamento dos sujeitos, suas atitudes e modos de agir, pois produzem identidades, organizam comunicações e orientam condutas.

A TRS possui quatro abordagens teóricas complementares. De acordo com Sá (2008); Moreira e Camargo (2007), a abordagem processual ocupa-se com a apreensão e formação das representações; a abordagem estrutural concebe a representação em estrutura formada por dois sistemas o central, ligado a significação atribuída ao objeto e o periférico, relacionado ao contexto de criação das representações; a abordagem societal concebe que as representações organizam os processos simbólicos que intervêm nas relações sociais. A essas acresce-se a abordagem dialógica que parte do pressuposto de que “[...] o pensamento e a linguagem como usados no senso comum e nos discursos diários” (MARKOVÁ, 2006, p. 12). Assim, esse uso específico da linguagem possibilita aos sujeitos (re)construírem simbolicamente a realidade.

Uma vez elencadas as peculiaridades que, conceitualmente, marcam as representações sociais, os processos que as originam e estruturam, o rol de suas funções e sua constituição em abordagens, instiga-nos as reflexões teóricas no que concerne às (im)possibilidades do (não) dito velar-se em pesquisas que busquem apreender representações sociais, instigando-nos a pensar sobre o conceito de zona muda e suas implicações nas representações sociais.

3. O (NÃO)DITO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Indiscutível a relevância dos estudos em representações sociais para a apreensão de fenômenos imbricados no contexto da vida cotidiana e que, uma vez apreendidos, possibilitam a construção da realidade, porém, quando os fenômenos sociais em estudo são marcados por estigmas os quais resultam de normativas sociais, de acordo com Abric (2005), instaura-se a zona muda haja vista os sujeitos selecionarem os aspectos expressáveis das representações de determinados objetos em função da normatividade da situação em que se encontram e apresentariam aquilo que imaginam que seja a boa resposta (Flament; Guimelli; Abric, 2006), assim, as representações sociais apresentam discursos manifestos e latentes.

Nesse sentido, zona muda é caracterizada por Abric (2005) à guisa de região de difícil explicitação das representações sociais, relacionada a objetos marcados por valores e normas sociais, entre os quais pode-se citar questões de gênero e de conflitos no campo da educação.

Assim, em algumas situações podem ser detectadas duas faces da representação social: uma explícita, verbalizada pelos sujeitos; e outra não explícita, que consiste em zona muda,

pois as pessoas apresentam aquilo que imaginam ser a resposta adequada ou o discurso politicamente correto (ABRIC, 2005). Por conseguinte, percebe-se que sempre haverá algo por ser dito nos estudos o que requer do pesquisador uma sensibilidade e por que não dizer uma humildade em perceber seus achados à conta de aproximação das representações e não a apreensão em sua totalidade.

Um exemplo notório de zona muda foi constatado em pesquisa realizada por Jodelet (2005) sobre a representação social da loucura, em uma comunidade rural da França que acolhia e cuidava de doentes mentais. Ao longo do estudo, a autora observou a prática social de lavar separadamente as roupas e os pratos dos doentes mentais em contradição aos discursos que não haviam manifestado representações de doença mental à conta de enfermidade contagiosa.

Nesse sentido, a zona muda das representações sociais corresponde a “espaços de representações que, embora sejam comuns a um determinado grupo e nele partilhadas, não se revelam facilmente nos discursos diários [...], pois são consideradas não adequadas em relação às normas sociais vigentes” (MENIN, 2006, p. 43). Ou seja, a zona muda é elemento constituinte das representações sociais, porém, se escamoteia por entre os discursos considerados aceitáveis. Desse modo, a zona muda existe porque, em toda situação e de modo mais notório, em algumas circunstâncias que, em particular, há normas sociais que determinam de modo explícito ou implícito aquilo que pode ser externado, em decorrência disso, a zona muda, portanto, figura um caráter contranormativo.

Outro aspecto que levaria à construção de uma zona muda das representações sociais seria o que Abric (2005) qualificou como gestão de impressões, que diz respeito à tentativa, por parte dos sujeitos, de gerar uma imagem positiva de si perante o grupo. Assim, o desejo de aceitação social poderia ser fundante à existência de faces mascaradas na expressão de determinadas representações sociais. Os elementos localizados nessa zona seriam aqueles vinculados às avaliações e aos valores considerados não legitimados para o grupo de pertença do sujeito e, conseqüentemente, não viriam, espontânea e facilmente, à tona.

Em suas reflexões, Sá (2008) pondera que estudos sobre a zona muda não se constituem em denúncia de inconsistências na pesquisa, mas denotam um empenho no sentido de contribuir para a realização de investigações mais criteriosas que reverberam em maior aproximação das representações sociais e apresenta cinco circunstâncias que podem fazer com que a pesquisa das representações sociais “nos engane”, a saber:

- i. Quando cremos que o comportamento discursivo espontâneo das pessoas revela inteiramente a representação do seu grupo;
- ii. Quando não procuramos nos informar sobre as práticas sociais correntes do grupo em relação ao objeto de representação;
- iii. Quando deixamos de prestar atenção às relações entre o grupo estudado e outros para os quais o objeto também seja relevante;
- iv. Quando, mesmo conhecedores de tais práticas e relações, nos abstermos de elaborar e de propor “boas perguntas” às pessoas;
- v. Quando supomos que as representações sociais determinam o comportamento dos membros do grupo em qualquer situação. (SÁ, 2008, p. 17)

Diante dessa assertiva, constatamos que a nomeada espontaneidade do discurso é,

em verdade, balizada por um juízo de valor pelo sujeito ao estimar o que pode e o que não pode fazer-se verbo e que as práticas sociais são potentes em desvelar as representações sociais, fatores que apontam para a necessidade de adoção de dispositivos que possibilitem acessar os elementos basilares das representações sociais compartilhadas por um grupo.

Nesse contexto, os dispositivos de colheita de dados tem notória relevância ao possibilitar demarcar e evidenciar a zona muda das representações sociais. Isto posto, Menin (2006) sugere dispositivos que reduzam a pressão normativa sobre o sujeito que representa, permitindo que ele expresse seus pensamentos através da redução dos riscos de julgamento negativo da parte de seus interlocutores, com destaque especial ao sujeito pesquisador.

Nessa seara, dentre outros dispositivos destacam-se: a técnica da substituição que, de acordo com Menin (2006), consiste em solicitar ao sujeito que responda uma questão de pesquisa sob o ponto de vista de outra pessoa; a descontextualização normativa, em que conforme Calile (2019), o sujeito da pesquisa interage com os dispositivos diante de um pesquisador que, aparentemente, é distante das características simbólicas dos membros do seu grupo, e; a observação, na medida em segundo Ludke (2013), o pesquisador acompanha as experiências diárias dos sujeitos, aproxima-se de apreender a sua visão de mundo.

Ante o exposto, notamos uma gama de dispositivos de colheita de dados, principalmente quando aplicados de modo combinado, numa mesma pesquisa, que tem o potencial de fazer emergirem elementos velados das representações sociais, possibilitando, então a caracterização da zona muda e, conseqüentemente, uma aproximação mais real das representações sociais elaboradas e compartilhadas por um grupo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empenho em apreender representações sociais funda-se na assunção dos riscos que elementos delas integrantes permaneçam não-ditos. Nesse sentido, os constructos teórico-conceituais referentes à zona muda das representações sociais trazem à baila a gênese, a (des)(re)construção e a partilha das representações sociais em processo dinâmico marcado, por vezes, por um autocerçamento da fala, haja vista os sujeitos ponderarem aquilo que é (i)legítimo ser manifesto no discurso. Nesse sentido, o delinear das pesquisas em representações sociais requer construção criteriosa e sensível com vistas a apreender informações em aproximação à percepção do sujeito sobre o fenômeno em estudo, na construção da trilha metodológica, especialmente, quando o objeto social, cujas representações deseja-se apreender, seja um tema controverso.

REFERENCIAS

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, A. S. P. OLIVEIRA, D. C. (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000.

ABRIC, J. C. Zona muda das representações sociais. *In*: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. **Representações sociais: uma teoria sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 23-34.

CALILI, O. “Vão incentivar a mudança de sexo!”: a zona muda das Representações Sociais dos professores sobre docentes homossexuais. **Tese** (doutorado) Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, 2019.

DONATO, S. P.; ENS, R. T. Representações sociais do ser professor no contexto atual – desafios, incertezas e possibilidades. Congresso Nacional de Educação. 9., Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 3., Curitiba, **[Anais]**. 2009.

FLAMENT, C.; GUIMELLI, C.; ABRIC, J. L. Effets de masquage dans l'expression d'une représentation sociale. **Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale**, v. 69, 2006, p. 15-31.

GUIMELLI, C., DESCHAMPS, J. C. Effet des contextes sur la production d'associations verbales. Le cas des représentations sociales des Gitanes. **Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale**, v. 47, 2000, p. 44-54.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

JODELET, D. Experiência e Representações Sociais. *In*: MENIN, M. S. de S.; SHIMIZU, A. M. (orgs.) **Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 131-156.

LUDKE, M.; ANDRE, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

MACHADO, L. B. Aproximações em torno da zona muda das representações sociais de ciclos aprendizagem entre professores. **Educação temática digital**. Campinas, SP v.14 n.2 p.186-201 jul./dez. 2012.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MENIN, M. S. de S. Representação social e estereótipo: a zona muda das representações sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 43-52, jan./abr. 2006.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: uma investigação em psicologia social**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ORNELLAS, M. de L. S. **Imagem do outro (e) ou imagem de si? Bello Monte vista por**

adolescentes de Canudos. Salvador – Bahia. 2001.

SÁ, C. P. de. **A pesquisa das representações sociais pode nos enganar.** Educação e Cultura Contemporânea, v.5, n.11, Jul./Dez. 2008